

Ninguém solta a mão de ninguém: a ampliação do repertório de práticas organizativas de comunidades de baixa renda de Porto Alegre na resistência aos ataques ao direito à cidade e à COVID-19

Nadie suelta la mano a nadie: la ampliación del repertorio de prácticas organizativas de las comunidades de bajos ingresos de Porto Alegre en la resistencia a los ataques al derecho a la ciudad y al COVID-19

Betânia de Moraes Alfonsin¹

Pedro Prazeres Fraga Pereira²

Paulo Eduardo Berni³

Pedro Acosta Oliveira⁴

Fernanda Madalosso Guimarães⁵

Flávia Segat⁶

Débora Carina Lopes⁷

¹ Bacharelada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1990), Mestra em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR) da UFRJ (2008). Atualmente é professora da Faculdade de Direito e do Mestrado em Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público do RS, e coordena Grupo de Pesquisa em Direito Urbanístico e Direito à cidade. Email: betaniaalfonsin@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5213-6212>.

² Professor Convidado nos Cursos de Especialização em Direito Processual Civil e Direito Administrativo e Gestão Pública da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul (FMP-RS). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGD-UFRGS). Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul (FMP-RS). Email: pedropfpereira@gmail.com.

³ Doutorando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2019 - início). Mestre em Direito pelo Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Email: pauloberni@gmail.com.

⁴ Bacharelado no curso de Direito na Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP (2019), Pós Graduando Lato-Senso em Direitos Humanos e Políticas Públicas, na Unisinos-RS. Email: pedroliveira602@gmail.com.

⁵ Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (atual). Bacharelada em Direito (2018) e Pós-graduanda em Direito Administrativo e Gestão Pública pela Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP/RS (2019). Email: fernanda.madalossog@gmail.com.

⁶ Especialista em Direito Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP/RS), em 2020. Graduada em Direito pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP/RS). Email: flaviasegat@gmail.com.

⁷ Possui Mestrado (2014) em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR-UFRGS) e Graduação em Arquitetura e Urbanismo (2010) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - (UNESP). Email: debora_carina@yahoo.com.br.

Vitória Alvarez Montanari⁸



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Resumo: O artigo analisa a construção de processos de resistência comunitária ao desmonte da política urbana e à COVID-19 em territórios de baixa renda no município de Porto Alegre. Em um ambiente que promove a necropolítica e acentua a precarização da vida das populações de periferia, busca-se verificar a que recursos recorrem, que alianças constroem, que bandeiras de lutas defendem, que inovações organizativas experimentam e que resultados alcançam tais comunidades de Porto Alegre em seus processos de resistência aos ataques ao direito à cidade, bem como no enfrentamento da pandemia. Utilizando-se da técnica de produção de dados por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, bem como da realização de etnografias, o grupo de pesquisa se esforça por imprimir uma perspectiva analítica descolonial à investigação. Como achados provisórios da pesquisa, constata-se uma notável renovação dos repertórios organizativos das comunidades de baixa renda no período.

Palavras-chave: Resistência. Política Urbana. Direito à cidade. COVID-19.

Resumen: El artículo se debruza sobre la construcción de los procesos de resistencia comunitaria al desmonte de la política urbana y a la COVID-19 en territorios de bajo ingreso en el municipio de Porto Alegre. En un ambiente que promueve la necropolítica y acentúa la precarización de la vida de las poblaciones de periferia, se busca conocer a qué recursos recurren, cuáles alianzas construyen, cuáles banderas de luchas defienden, cuáles innovaciones organizativas experimentan y que resultados alcanzan estas comunidades de Porto Alegre en sus procesos de resistencia a los ataques al derecho a la ciudad, así como en el enfrentamiento de la pandemia. Utilizando la técnica de producción de datos a través de la realización de entrevistas semiestruturadas, así como de la realización de etnografías, el grupo de pesquisa se esfuerza para imprimir una perspectiva analítica descolonial a la investigación. Como hallazgos de pesquisa provisórios constata-se una notable renovación de los repertorios organizativos de las comunidades de bajo ingreso en el período.

⁸ Acadêmica de Direito pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP/RS). Email: montanarivit@gmail.com.

Palabras clave: Resistencia. Política Urbana. Derecho a la ciudad. COVID-19.

1. Introdução

O presente artigo apresenta o estado da arte de uma pesquisa ainda em desenvolvimento no município de Porto Alegre. A investigação se debruça sobre os processos de resistência locais ao desmonte da Política Urbana brasileira e, ainda, aos impactos da COVID-19. Nesse sentido, o foco da investigação se volta às resistências exercidas por populações de baixa renda do município, em três territórios distintos: a Ocupação 20 de Novembro, a Vila Tronco e a Restinga, por razões que serão explicadas adiante.

Adverte-se ao leitor que a investigação tem antecedentes, pois encerrará uma pesquisa dividida em três partes e desenvolvida ao longo de três anos, analisando diferentes aspectos dos impactos das alterações no marco legal da Política Urbana brasileira desde o impeachment da Presidenta Dilma. Para que se entenda melhor, as três partes desta pesquisa são as seguintes:

(i) A primeira dessas investigações, realizada em 2018, analisou a mudança do marco legal da terra no Brasil, com a promulgação da Lei nº 13.465/2017, que alterou profundamente o paradigma historicamente adotado pelo país para as políticas de regularização fundiária, abandonando o compromisso com o direito à cidade e claramente apostando na mera titulação como o novo modelo para a regularização fundiária urbana⁹.

(ii) A segunda pesquisa, levada a cabo em 2019, voltou-se para a identificação dos indicadores institucionais do processo de desdemocratização da Política Urbana brasileira, tais como a extinção do Ministério das Cidades, do Conselho das Cidades e a interrupção do ciclo de realização das Conferências das Cidades¹⁰.

(iii) A pesquisa que aqui se apresenta é o corolário dessa trilogia investigativa e visava, tal como concebida originalmente, analisar a construção de processos locais de resistência aos

⁹ Ver o artigo que apresenta os resultados dessa investigação em: ALFONSIN, Betânia De Moraes; PEREIRA, Pedro Prazeres Fraga; LOPES, Débora Carina; ROCHA, Marco Antônio; BOLL, Helena Corrêa. Da função social à função econômica da terra: impactos da Lei nº 13.465/17 sobre as políticas de regularização fundiária e o direito à cidade no Brasil. **Revista de direito da cidade**, v. 11, p. 140-158, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/37245>>. Acesso em 13 out. 2020.

¹⁰ Ver o artigo que apresenta os resultados dessa investigação em: ALFONSIN, Betânia de Moraes; LOPES, Débora Carina; MARIUSSI, Ivone Fátima; MADALOSSO, Fernanda; BERNI, Paulo; PEREIRA, Pedro Prazeres Fraga. Descaracterização da política urbana no Brasil: desdemocratização e retrocesso. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 7, p. 229-254, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45337/26015>>. Acesso em: 13 out. 2020.

processos acima descritos, quais sejam, de descaracterização e desdemocratização da política urbana. A emergência da crise sanitária da COVID-19, no entanto, fez com que fosse necessário reposicionar a agenda e ampliar o foco da investigação para procurar entender como as comunidades de Porto Alegre – cidade escolhida como estudo de caso –, estavam lidando com essa conjuntura política, econômica e jurídica, ao mesmo tempo em que enfrentavam a pandemia.

Um conjunto de questões foi colocado para orientar a pesquisa, mas um amplo processo de debate teórico, que se deu anteriormente à aproximação dos territórios a serem investigados, levou a uma problematização que pode ser sintetizada na seguinte questão: Em um ambiente que promove a necropolítica e acentua a precarização da vida das populações de periferia, a que recursos recorrem, que alianças constroem, que bandeiras defendem, que inovações organizativas experimentam e que resultados alcançam as comunidades de assentamentos de Porto Alegre em seus processos de resistência ao desmonte da política urbana e à COVID-19?

No presente artigo, por limitações relacionadas ao número de páginas, optamos por não abordar o marco teórico e explorar as categorias analíticas da investigação, pois esta tarefa foi empreendida em texto anterior, com o qual o presente artigo se articula, como uma continuidade¹¹. Aqui, optou-se por focar na metodologia e nos territórios pesquisados, a fim de garantir o avanço da narrativa e o ineditismo do presente texto.

As três comunidades e territórios até o momento selecionados foram escolhidos para integrar o escopo da pesquisa em função de terem escalas distintas, por terem uma tradição de mobilização na cidade e, finalmente, por estarem lidando com diferentes temas em seus processos particulares de resistência. Enquanto a Cooperativa 20 de Novembro é uma ocupação que envolve menos de 20 famílias, a Vila Tronco é uma comunidade com mais de 50 anos de história e abrange, ao todo, 3.178 famílias¹² (Tronco Postão, Tronco Neves e Tronco Nossa Senhora do Brasil). Por sua vez, o último território que integra a investigação, a Restinga, opera um câmbio de escala mais potente, já que é um bairro de Porto Alegre cujos números oficiais

¹¹ Ver o artigo que apresenta as categorias de análise da presente investigação em: ALFONSIN, Betânia de Moraes; BERNI, Paulo; PEREIRA, Pedro Pereira. O paradoxo da COVID-19 nas periferias: a retomada da cultura associativa como forma de resistência à necropolítica. In: Luiz César Queiroz Ribeiro. (Org.). **As metrópoles e a COVID-19: dossiê nacional**. 1ed. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2020, v. 1, p. 21-29. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/07/Análise-Nacional_O-paradoxo-da-covid-19-nas-periferias.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

¹² Dados de 2011. MORAES, Aldovan de Oliveira. **Poder Público Municipal e Habitação de Interesse Social em Porto Alegre**. DEMHAB/PMPA: Porto Alegre, 2011, p. 544, 554 e 566.

apontam para aproximadamente 60.000 habitantes (muito embora a população local refira um número maior).

O que se apresentará aqui é o retrato mais fiel possível de um trabalho que se encontra em pleno desenvolvimento, ainda por ser concluído. A fim de colaborar com o debate sobre a forma pela qual os movimentos sociais brasileiros estão lidando com a COVID-19, no entanto, ele poderá dar uma contribuição que se volta à análise das resistências de base territorial.

Na sequência desta introdução, então, serão apresentadas as decisões metodológicas que foram tomadas ao longo deste percurso, bem como as muitas dúvidas que rondam, ainda, a equipe envolvida no projeto de pesquisa, a respeito da metodologia que está sendo aplicada e desenvolvida. Trata-se, portanto, de uma narrativa que pode ser útil para o intercâmbio científico sobre as pesquisas empíricas no Brasil, já que a realização de tais pesquisas, no âmbito jurídico, são, infelizmente, mais raras do que frequentes no país. Apresentaremos, também, os dados preliminares e os achados provisórios de cada um dos territórios investigados, demonstrando, a título de conclusão, a análise até aqui realizada para responder ao problema de pesquisa, sem pretensão de encerrar a pesquisa ou a conversa, já que a investigação (bem como o desmonte da política urbana e a própria pandemia) está ainda longe de se encerrar.

2. Sobre a metodologia

A presente investigação, desde sua concepção, buscou romper com os métodos mais comuns de pesquisa na área do Direito, centrados na mera consulta a fontes bibliográficas pré-existentes. Para tanto, tomou-se a decisão de procurar responder a problemática por meio da realização de uma pesquisa com base empírica e produção direta de dados por intermédio da realização de entrevistas. Assim, ao pretender analisar casos que exemplificam o repertório de práticas associativas, as várias expressões de solidariedade em comunidades de base territorial e as novas (e tradicionais) formas de resistência nesses territórios de Porto Alegre, o grupo de pesquisa já estava disposto a fazer o movimento que renuncia à comodidade de trabalhar apenas com documentação indireta e levantamento de fontes documentais e bibliográficas.

Ao iniciar essas notas metodológicas, é necessário advertir que, por estar em andamento e por envolver uma riqueza empírica significativa, o que se apresenta aqui é antes uma narrativa daquilo que o grupo vem fazendo durante o processo investigativo do que a exposição de um

método de procedimento pronto e acabado. Trata-se de partilhar as práticas e as reflexões que emergiram dessas práticas na tentativa de aperfeiçoar a abordagem do problema de pesquisa que se está enfrentando.

Com efeito, o grupo se dedicou, em um primeiro momento, a pensar nas técnicas relacionadas à produção de informações por meio da realização de entrevistas qualitativas. Procurou-se pensar, nesse sentido, em um roteiro de perguntas que desse conta da especificidade do objeto e proporcionasse espaço para que os atores entrevistados elaborassem a multiplicidade de questões que afetam as dinâmicas do território e interessam à investigação. Tem-se, aqui, um daqueles casos em que há uma “(...) categoria de entrevistados que interessa ao pesquisador por pertencer a um grupo específico”, de modo que “a entrevista invariavelmente se interessa por entender essa identidade e as ações e representações de mundo que daí decorrem” (XAVIER, 2017, p. 153).

Na presente investigação, pela especificidade de seu objeto, as entrevistas focaram questões comunitárias por excelência, como bandeiras de luta, formas de organização, conquistas históricas e estratégias de enfrentamento de questões concretas relacionadas à política urbana. Outrossim, no atual momento, caracterizado pela onipresença da pandemia de COVID-19 nas periferias, foram enfocadas, também, as estratégias de organização comunitária para garantir proteção à saúde e a sobrevivência do grupo.

Em que pese a técnica de produção de documentação direta do conjunto dos casos pesquisados ter sido aplicada, por diversas vezes, recorrendo-se a lideranças comunitárias dos três territórios pesquisados, isso não significou que a questão metodológica estivesse resolvida. Pelo contrário, já que muitas interrogações emergiram sobre a metodologia a ser adotada, muito especialmente após a realização das primeiras entrevistas. Foi assim que também se empregaram, para alguns dos casos pesquisados, algumas propostas teórico-metodológicas da etnografia, ampliando-se, nesse esforço, o número de pessoas entrevistadas.

A partir dos aportes provenientes da etnografia urbana¹³, procurou-se evitar ao menos dois vícios de análise. O primeiro deles é o de olhar para essas comunidades periféricas sob uma perspectiva jurídico-normativa demasiadamente abstrata, atribuindo-se-lhes significados e reivindicações de maneira apriorística. O segundo vício é o de tematizar esses territórios apenas

¹³ A pesquisa se valeu, por exemplo, dos seguintes trabalhos de José Guilherme Magnani e Gabriel Feltran: MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, 2002, v. 17, n. 49, p. 11-29; FELTRAN, Gabriel de Santis. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de antropologia**, 2010, v. 53, n. 2, p. 565-610.

no registro da carência e da privação, perdendo-se de vista as práticas sociais e as subjetividades que pulsam neles.

Além disso, essa aproximação evita a armadilha de se pensar as periferias numa dinâmica de estrita passividade, como resultado de dinâmicas econômicas ou políticas que lhes são exteriores. Nesse sentido, ao invés de analisar o quadro da pandemia e as mudanças na legislação urbanística para daí projetar conclusões sobre as repercussões nas periferias da cidade, procura-se inverter a perspectiva de análise: perceber, a partir da ótica dos próprios atores que habitam os territórios periféricos, o repertório de práticas, percepções e instituições que lhes servem e condicionam. Trata-se, tomando de empréstimo as palavras de Magnani, de substituir um olhar de fora e de longe por um olhar de dentro e de perto (2002, p. 11), para o que a etnografia urbana ofereceu interessantes subsídios.

Foi considerando a potência das informações coletadas por meio das entrevistas realizadas, no entanto, que a necessidade de tornar a metodologia mais consistente nos conduziu aos estudos descoloniais. Todos os territórios analisados estão sendo tratados com suas especificidades e, em alguns casos, requerem o desenvolvimento de técnicas próprias à produção de novas informações sobre as comunidades. Há, contudo, uma preocupação em combater a persistente colonialidade da pesquisa acadêmica, que, moldada nos cânones da ciência moderna, por vezes tende a converter em objetos empíricos as pessoas concretas.

Essas preocupações metodológicas dialogam, pois, com as questões suscitadas por Boaventura de Sousa Santos na discussão que faz sobre “as epistemologias do sul”. Para Santos (2019), enquanto a ciência moderna traça uma linha abissal que coloca, de um lado, os conhecimentos produzidos pelos cânones acadêmicos tradicionais, muito especialmente pelos cientistas e intelectuais europeus, valorizados como científicos e válidos, e, de outro, os saberes populares, dos povos indígenas e das populações periféricas, tidos como crenças primitivas, toscas, pensamentos mágicos e desprovidos de qualquer valor científico, a abordagem proposta procura promover uma valorização desses conhecimentos populares, a fim de romper com a lógica da colonialidade do saber, incapaz de reconhecer a riqueza do conhecimento produzido do outro lado da linha abissal.

Dessa forma, a valorização dessa alteridade fundamenta uma recusa ao “epistemicídio”, que faz com que o pesquisador seja o único sujeito de uma pesquisa, o observador que reduz o sujeito pesquisado a mero objeto. Trata-se de algo bastante simples: recusar o monopólio científico atribuído à academia para reconhecer e levar a sério, no caso da presente investigação,

os saberes articulados pelas comunidades que estamos analisando, muitas vezes constantes de narrativas construídas oralmente pelas lideranças, ao contarem suas experiências.

Essa vertente teórica se mostra bastante útil para pensar uma pesquisa que trabalhe com “as resistências” como uma categoria analítica central. No aspecto, a pesquisa que estamos desenvolvendo foca na resistência ao desmonte da política urbana e como essa resistência se articula com o enfrentamento à COVID-19 em comunidades de baixa renda de Porto Alegre. Nesse ínterim, a descaracterização e a desdemocratização da política urbana se deram em um movimento político de afirmação de um projeto de poder essencialmente colonialista, no sentido de imprimir uma inflexão ultra-liberal à política urbana brasileira, ao mesmo tempo em que se mescla ao racismo estrutural da sociedade brasileira, que subordina os povos originários e o povo negro, e ao machismo, que relega também às mulheres uma condição de subalternidade.

Em suma, a aspiração por uma metodologia de corte descolonial é uma decorrência dessa análise e do contato com as lideranças entrevistadas, profundamente conscientes do enfrentamento central que estão travando cotidianamente. Segundo Walter Mignolo, “el sentido de opción descolonial, pensamiento descolonial y descolonialidad sólo tiene sentido en confrontación con y desprendimiento de la matriz colonial de poder” (2008, p. 14).

Apesar de a reflexão sobre os aspectos metodológicos desta investigação ainda não estar concluída, considerando os passos já dados nesta pesquisa, as técnicas de entrevista e etnográficas já adotadas, bem como o esforço por construir uma escuta das lideranças entrevistadas, que compreenda a “ecologia de saberes” (SANTOS, 2019) com a qual estamos lidando, já é certo que a investigação se aproxima desse esforço hoje já bastante disseminado de romper com as técnicas que reforçam a colonialidade do saber, conhecido como “opção descolonial” (MIGNOLO, 2008).

Nesse sentido, uma das decorrências desta opção é a decisão do grupo de pesquisa de submeter aos entrevistados dos três territórios envolvidos no trabalho as conclusões da investigação quando ela estiver concluída. Enfim, trata-se de um procedimento metodológico inovador, percebido pelos pesquisadores/as como uma espécie de “banca de qualificação popular”, buscando romper com o centramento acadêmico que perpetua a colonialidade do saber.

3. Sobre os territórios

Apresentadas as diretrizes metodológicas da investigação, passa-se agora à exposição das questões mais importantes identificadas em cada um dos territórios, exercício este que utiliza fontes bibliográficas, análise do discurso de lideranças - tida como central - e produção cartográfica própria. A apresentação foca, pois, nas formas concretas de organização das comunidades para resistir ao desmonte das políticas que promovem o direito à cidade e, também, para enfrentar a COVID-19.

a. Ocupação 20 de Novembro

A Ocupação 20 de Novembro, hoje localizada no Centro Histórico de Porto Alegre, nos limites da região conhecida como 4º Distrito¹⁴, é uma ocupação para fins de moradia que se iniciou por iniciativa do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) em outro local da região central do município. Segundo Ezequiel Moraes¹⁵, um dos líderes da ocupação e entrevistado nesta investigação, o primeiro local ocupado foi um prédio na esquina da Avenida Mauá com a Rua Caldas Júnior.

A ocupação nesta localização, no entanto, teve uma longa história: em 2005, foi feita uma ocupação de denúncia; em 2006, uma nova ocupação no dia da consciência negra, 20 de novembro (que acabou dando nome à ocupação e à cooperativa), a qual seria objeto de uma

¹⁴ O 4º Distrito de Porto Alegre é uma região lindeira do Guaíba, na zona norte de Porto Alegre, que sediou indústrias no início do século XX. A região era atendida por linha férrea e próxima do porto, o que garantia o escoamento da produção. O declínio da atividade industrial determinou o abandono paulatino das indústrias e dos galpões e prédios que as abrigavam na região. Em 2020, os bairros que integram o 4º Distrito se encontravam bastante deteriorados, em que pese a excelente localização e proximidade com áreas nobres como o bairro Moinhos de Vento. Para conhecer um pouco mais sobre a região, ver a reportagem sobre as ameaças de gentrificação da região em função de projetos de revitalização do bairro: CANOFRE, Fernanda. “Abandono e promessas se misturam: a quem serve a ‘revitalização’?”. In: **Sul 21**. Porto Alegre, 14 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://especiais.sul21.com.br/gentrificacao/no-antigo-centro-industrial-de-porto-alegre-abandono-e-promessas-se-misturam-a-quem-serve-a-revitalizacao/>>. Acesso em: 22 out. 2020.

¹⁵ Ezequiel Moraes, militante e atualmente tesoureiro da cooperativa ligada ao assentamento urbano 20 de Novembro, foi entrevistado pelo grupo de pesquisa Impactos das alterações do marco legal da Política Urbana Brasileira e processos de resistência em contextos locais, vinculado ao mestrado da Fundação Escola Superior do Ministério Público/RS, em 15/07/2020. Todas as falas dele, referidas neste artigo, são citações desta entrevista.

reintegração de posse executada em 2007¹⁶; e, finalmente, em 2011, quando as famílias já se encontravam assentadas ao lado do Estádio Beira-Rio, em um terreno pertencente ao Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), uma última ocupação desse prédio foi feita pelas famílias do MNLM, a fim de denunciar que o imóvel, após quatro anos, seguia sem atender sua função social¹⁷.

Essa última ocupação do prédio da Caldas Júnior parece revelar um compromisso importante do MNLM em fazer, da ação direta, uma potente forma de luta e denúncia social sobre os efeitos perversos do descumprimento da função social da propriedade, uma vez que as famílias originárias da ocupação já estavam encaminhando uma solução definitiva para o seu problema de moradia com o governo municipal e, mesmo assim, o MNLM realizou a terceira ocupação. No aspecto, a ação direta sugere que o MNLM e as famílias da 20 de Novembro possuem clareza acerca de seus objetivos estratégicos e das melhores formas de dar visibilidade às pautas do movimento.

De forma paralela a essa última ação no prédio outrora utilizado pelo PCC¹⁸, a solução definitiva para as famílias da 20 de Novembro contou com a sorte geográfica de terem sido deslocadas, em 2007, para o lado do estádio Beira-Rio. De fato, na sequência cronológica dos acontecimentos, as famílias despejadas da Mauá em 2007 e assentadas ao lado do estádio do Sport Club Internacional foram "beneficiadas" pela escolha de Porto Alegre, pela FIFA, no mesmo ano, para ser uma das cidades sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014. O terreno ocupado pelas famílias se tornaria, em breve, um estacionamento lindeiro ao estádio e o DEMHAB tratou de agilizar a realocação das famílias.

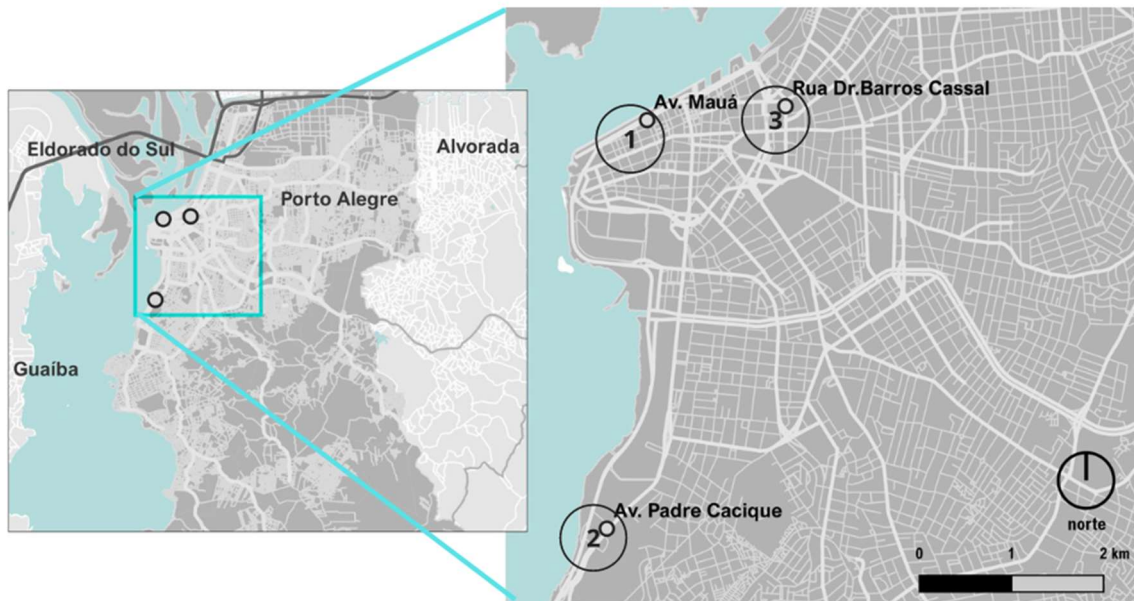
Como o governo federal estava empenhado na realização da Copa de 2014 e era preciso realizar as obras no entorno do estádio Beira-Rio, a União cedeu um prédio de sua propriedade, localizado na Rua Barros Cassal, à Cooperativa 20 de Novembro, já anteriormente ocupado

¹⁶ O momento da reintegração da posse ocorrida em pode ser visto em um videodocumentário sobre "A copa dos 20 de novembro", realizado pela própria Cooperativa 20 de Novembro, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2JsRIBNZgMc>>. Acesso em 26 out. 2020.

¹⁷ Ver reportagem da última ocupação: NAGEL, Luciano. "Movimento Nacional de Luta pela Moradia ocupa prédios no Centro da Capital". In: **Correio do Povo**. Porto Alegre, 03 de outubro de 2011. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/movimento-nacional-de-luta-pela-moradia-ocupa-pr%C3%A9dios-no-centro-da-capital-1.73875>>. Acesso em 10 dez. 2020.

¹⁸ O prédio havia sido comprado pelo grupo criminoso Primeiro Comando da Capital (PCC), que, a partir dali, cavou um túnel em direção às agências da Caixa Econômica Federal e do Banrisul localizadas na Praça da Alfândega, visando a promover um grande assalto aos referidos bancos. A operação foi deflagrada pela Polícia no dia 01/09/2006. Para mais informações ver: AGÊNCIA ESTADO. "Bastidores da Operação Toupeira". In: **G1**. Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1259642-5598,00.htm>>. Acesso em 23/10/2020.

pelo MNLM em suas ações diretas. É neste local, um prédio abandonado de um hospital que nunca existiu, que as famílias da Cooperativa 20 de Novembro se encontram até hoje, em um itinerário aqui cartograficamente esboçado sobre o mapa de Porto Alegre:



Mapa 01 - Itinerário cartográfico do Assentamento 20 de Novembro: primeira localização na Avenida Mauá, esquina Caldas Júnior; segunda localização na Av. Padre Cacique, n° 1345; terceira localização na Rua Barros Cassal, esquina com Av. Farrapos. **Fonte:** SANTOS, 2020.

O Assentamento 20 de Novembro, conforme supracitado, é uma ocupação do MNLM e também faz parte da Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), sendo, portanto, objeto de lutas distintas, mas que aconteceram ao mesmo tempo e puderam favorecer no resultado de sua organização política e associativa. Nessa configuração bem articulada, os moradores viram a possibilidade de se estruturar enquanto cooperativa e se habilitar para os recursos federais do Programa Minha Casa Minha Vida a fim de reformar o prédio ocupado.

Dessa forma, a primeira assessoria que as famílias do assentamento contrataram foi de um arquiteto particular com experiência em movimentos populares. Contudo, como as famílias queriam ter um projeto arquitetônico que contemplasse questões relacionadas à sustentabilidade, buscaram, por meio da divulgação na página da rede social do assentamento, escritórios técnicos que pudessem colaborar com a produção de um projeto sustentável específico para aquele local. Após o escritório de arquitetura “Ah! Arquitetura Humana” ter ido ao assentamento e entendido as necessidades, a Cooperativa decidiu contratá-lo para a elaboração do projeto arquitetônico, das planilhas específicas da NBR e do orçamento junto à Caixa Econômica Federal para, com isso, realizar a reforma do prédio.

Na sequência, a Cooperativa também contratou uma empresa para elaboração dos projetos complementares de instalação predial, quais sejam, projetos elétricos, hidrossanitário e de prevenção e combate à incêndios. Vale observar que, devido à estruturação e ao associativismo, a Cooperativa conseguiu fazer uma rede de contatos com profissionais e com o Poder Público, tanto na esfera local quanto na esfera federal, para defender seus objetivos e, principalmente, o direito à moradia digna.

Entretanto, existiram desafios técnicos relacionados à aprovação do projeto arquitetônico na prefeitura de Porto Alegre. Dentre eles, a arquiteta Karla Moroso¹⁹ e o entrevistado Ezequiel apontaram a exigência do Plano Diretor Municipal em fazer um estacionamento para aquele prédio. Contudo, nem os moradores nem os técnicos estavam de acordo com tal exigência. Dessa forma, o escritório de arquitetura apresentou um estudo de mobilidade do entorno, demonstrando que não haveria necessidade de um estacionamento para o prédio, uma vez que a localização centralizada, a mobilidade urbana e outros serviços e redes estavam disponíveis naquela área da cidade. O Poder Público local, então, analisou o estudo e reconsiderou a exigência, o que foi uma conquista para os passos seguintes da aprovação do projeto na prefeitura.

Relevante observar, no aspecto, que todo o desenvolvimento do projeto arquitetônico se deu com a participação das famílias, de modo que os técnicos ouviam as aspirações, necessidades e apresentaram as possibilidades projetuais aos moradores. Nesse processo de trocas de informações entre os técnicos e os moradores, foi possível fortalecer a confiança e garantir que o longo tempo de espera de dois anos e meio para a aprovação do projeto pelo município não gerasse desconforto em quaisquer das partes. Tratou-se, pois, de um diálogo intercultural importante a demonstrar a ampliação das alianças construídas pela comunidade ao longo da sua luta por moradia. A imagem a seguir ilustra o projeto elaborado:

¹⁹ A arquiteta Karla Moroso, sócia do escritório “Ah!Arquitetura Humana”, concedeu, em 20/07/2020, informações pontuais relacionadas ao processo de contratação, desenvolvimento e aprovação do projeto arquitetônico do prédio onde atualmente está o assentamento 20 de Novembro.



Imagem 01 - Projeto arquitetônico de autoria do escritório “Ah!Arquitetura Humana” para o prédio que está ocupado pela Cooperativa 20 de Novembro, a partir da escuta de seus/suas moradores/as. Ele está localizado em Porto Alegre, na Rua Barros Cassal, esquina com a Avenida Farrapos. **Fonte:** Escritório “Ah!Arquitetura Humana”.

Após a aprovação do projeto arquitetônico em 2018 e a atualização das planilhas orçamentárias para o agente operador, Caixa Econômica Federal, a Cooperativa ainda aguarda o recurso para iniciar as obras no prédio. Vale observar que, conforme referido por Ezequiel, se o recurso já estivesse liberado, muitas famílias poderiam ter trabalhado durante o período de pandemia na reforma dos seus apartamentos. Eles estariam ganhando para isso e trabalhando dentro de casa, resguardando sua vida e a de outras pessoas durante esse período inicial da crise sanitária, mas nada aconteceu até o momento em que escrevemos este artigo.

Em contrapartida, como forma de expressar a resistência aos ataques ao direito à moradia digna pelo qual tanto lutou e estava em processo de conquista, a Cooperativa elaborou um documento no qual várias entidades são signatárias e relata o descaso do Poder Público em relação ao direito de receber o recurso conquistado junto ao governo federal, demonstrando uma capacidade importante de articulação com outras entidades da sociedade civil. Sabe-se que há o interesse da Cooperativa 20 de Novembro em judicializar esse caso se a pressão via administrativa não for suficiente, afinal, existem recursos públicos envolvidos e a liberação do financiamento é essencial para garantir a conquista definitiva da moradia.

Ainda que articulados e buscando manter a organização do movimento, os assentamentos urbanos não foram exceções ao início da pandemia do COVID-19. Como refere Ezequiel, há a existência de momentos de efervescência ativa nos processos de luta comunitária, mas a inércia estabelecida pela própria lógica burocrática acaba resultando em uma expectativa de resolução

de problemas por parte do governo. A sensação de insatisfação é geral e, conseqüentemente, faz com que lentamente acabe por provocar a dissolução gradual da consciência coletiva.

A propósito, Ezequiel é assertivo ao referir que “a pandemia é o desastre, mas é a partir do desastre que temos que construir uma evolução”. Desse modo, há a construção de uma evolução na construção de alternativas positivas, isto é, um reagrupamento que vai diretamente em sentido contrário do que se espera em um momento de isolamento social. O entrevistado explica que há um foco e um reagrupamento comunitário, “porque, na realidade, quando tu fala de pós [pandemia], como que vai ser a questão da política de desenvolvimento urbano daqui pra frente? Ela vai continuar sendo a mesma?”. Ele é resolutivo no desejo de uma mudança.

Outrossim, complementa que a Ocupação da 20 de Novembro se viu na posição de se voltar novamente para as questões ligadas às redes de solidariedade. Com efeito, há a construção de uma rede de resistência contra essa mesma lógica estabelecida e se dá a partir do ter [acesso], e não do ser, logo, “a resistência está fundada na questão sobre o direito de ter acesso aos serviços e condições. Atualmente, estamos lutando pelo direito de existir aqui no Brasil”.

De fato, a entrevista demonstrou que se tornou essencial a conversa entre diferentes movimentos relacionados ao direito à cidade, na atuação local e comunitária, para a discussão acerca de questões concernentes aos resultados da pandemia e a inaptidão governamental em ações eficazes. Assim, apresenta-se um diálogo sobre a comunicação da resistência. A comunidade, em meio à pandemia, cria e se apropria das ferramentas para iniciar uma disputa a partir de uma “guerra híbrida”²⁰, dentro do mundo virtual.

Nesse seguimento, a organização independente foi ato crucial no controle de danos sobre as conseqüências da pandemia. A propósito, Ezequiel enfatiza que a organização comunitária foi essencial no que diz respeito a evitar a perda de mais vidas. Ou seja, nesse momento de pandemia, a compreensão de que é necessária a construção de uma lógica de solidariedade comunitária conseqüentemente escancarou a polarização de visões com as práticas de assistencialismo governamentais. A 20 de Novembro desenvolveu a prática da autogestão, como facilitador de renda e pequenas ações práticas locais. Explica Ezequiel:

²⁰ Em entrevista ao grupo de pesquisa, Ezequiel Moraes comenta sobre a produção de podcast, em conjunto com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a partir da organização de comunicadores do bairro e da comunidade. Complementa: “Já que a comunidade não consegue ir presencialmente até o poder público, vamos começar a atacar a partir da rede e, para isso, a comunidade precisa estar organizada e lidar com essas ferramentas, já que as pessoas da comunidade possuem celulares e podem utilizá-los para unir as ações”.

Bancamos através do Fórum do 4º Distrito. Essa é a tarefa que a 20 de Novembro tem nesse momento da pandemia. O recurso foi liberado essa semana e a partir da semana que vem começamos a implantar. Vamos ter doação de sabão produzido aqui na 20 de Novembro que vai ser repassado para a galera de situação de rua, esse é um eixo do projeto. Nosso foco é a galera em situação de rua aqui do 4º Distrito, da Voluntários. “Tamo” pensando em dialogar com a galera da CIEP, que eles “tavam” fazendo aqueles lavatórios provisórios de rua, então estamos pensando em fazer uma ação em conjunto e botar ao longo das vias. Outra questão é da impressão gráfica, tanto de caneca quanto de garrafinha de água para “bike”, vamos falar com a galera da massa crítica para ver se eles somam na parceria de adquirir essas garrafinhas de água produzidas por nós. (...) E tem a questão da confecção de máscaras, então vamos fazer a confecção de máscaras a partir da orientação da OMS, pra fazer doação aqui no 4º distrito, que é uma das dificuldades maiores dos catadores. Porque máscara tem que estar trocando o tempo inteiro, por mais que seja lavável, não vai durar mais de dois, três dias. E uma coisa é a gente lavar em casa, que tamo num apartamento e temos uma máquina, outra coisa é lá no barraco, onde a condição de lavar não é a mesma. Então há uma demanda de máscaras muito forte.

Portanto, a prática de pequenas ações concretas se entrelaça à rede de resistência e solidariedade comunitária. Logo, o reagrupar, como discorre Ezequiel, é coerente com a atuação da 20 de Novembro: “acho que a gente tem um objetivo, como já foi dito antes, que é essa questão do fortalecimento comunitário”.

b. Vila Tronco

Outro importante território estudado na presente pesquisa, a Vila Tronco, faz parte da região que leva o nome de Grande Cruzeiro (Cruzeiro). Constituída a partir de “[...] processos de auto-organização, descolados do planejamento usual na cidade [...]” (ÁVILA e ARAÚJO, 2006, p. 17), a região se formou na conjugação da passagem do tempo com o modo contingente e arbitrário de ocupação dos espaços urbanos. Constituído essencialmente por ocupações irregulares, o território é uma das áreas mais populosas da capital (ÁVILA e ARAÚJO, 2006, p. 35-37), atravessando ao menos cinco bairros da cidade e agrupando cerca de quarenta vilas – dentre estas, a mencionada Vila Tronco.

Sobre a história da região, é importante destacar que, durante cinquenta anos (desde o início da ocupação da região, em meados da década de 1940), os moradores não contaram com nenhuma infraestrutura de saneamento básico ou de iluminação pública. Foi apenas nos anos de 1990, com a implementação do Orçamento Participativo (OP), que as condições sanitárias da região passaram por melhorias. De acordo com Negreiros (2019, p. 114), a Cruzeiro, a partir da organização comunitária, alcançou transformações significativas durante o período que atuou com mais intensidade junto ao OP, consolidando, assim, o perfil participativo dos moradores da região.

No entanto, a década de 1990 também foi marcada pela construção da Avenida Tronco, que cortou ao meio o território da vila homônima. Naquela ocasião, a obra obrigou a remoção e re colocação de 97 casas em vilas próximas (LEITE, 2016, p. 46). Anos mais tarde, com a escolha de Porto Alegre como uma das cidades-sede dos jogos da Copa do Mundo de 2014, a reforma para a duplicação da referida Avenida estava dentre as obras prioritárias para a recepção do evento, precipitando o que viria a ser um trauma definitivo no desenvolvimento urbano do território.

No ano de 2010, as famílias que seriam diretamente afetadas pelas transformações foram informadas sobre o plano de obras, sem que pudessem opinar, contudo, sobre qualquer dos encaminhamentos realizados pelo Poder Público (COMITÊ POPULAR, 2014, p. 9 e 11). À vista disso, foi criado o Comitê Popular da Copa (CÔMITE POPULAR, 2014, p. 94), com o objetivo de dar algum protagonismo à ação popular, alçando-a à condição de ator político resistente e propositivo no enfrentamento às múltiplas violações de direitos humanos, bem como na reivindicação de maior diálogo e transparência na condução de todo procedimento.

A despeito desse projeto, com o intuito de acelerar o processo de desocupação do espaço, o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) instalou escritório na Vila Tronco para pressionar os moradores a aceitarem as ofertas para a desocupação das moradias. Havia, basicamente, duas opções: bônus moradia no valor de R\$ 52.340,00, aplicável apenas a imóveis regularmente registrados no Registro de Imóveis; ou o aluguel social, no valor de R\$ 500,00, para os demais casos. Cumpre referir que, uma vez assinados os documentos, as casas poderiam ser derrubadas imediatamente, sem notificação prévia (SILVA, 2016, p.71). É na tentativa de resistir à brutalidade estatal que, em 2010, a ação popular organizou o movimento “Chave por Chave”, que defendia que os moradores só deveriam entregar sua habitação mediante a entrega da chave de uma nova residência.

Não obstante o engajamento do movimento comunitário, as obras de duplicação da Avenida Tronco, iniciadas no ano de 2012, não só não foram concluídas como permaneceram paradas desde 2016 – conforme se lê em importante reportagem publicada pelo portal de notícias G1 (RBS TV, 2019). Nesse quadro, quase uma década após o anúncio dos preparativos para os jogos mundiais na cidade, pode-se concluir que o legado que as obras da Copa do Mundo de 2014 deixou para os moradores da Vila Tronco foi uma verdadeira fratura urbana, cujos reflexos se fazem presentes até hoje, com muitos habitantes desamparados e sem perspectiva de proporcional indenização pelas remoções sofridas.

Em relação à Vila Tronco, foram realizadas entrevistas com três atores que, embora possuam trajetórias bastante distintas, têm como traço comum um envolvimento profundo com o movimento comunitário da região²¹. Dois desses entrevistados, Bruna Rodrigues e Lídio Santos, são figuras que, a partir de sua atuação no território, desenvolveram trajetórias políticas mais abrangentes, incluindo a conquista de mandatos como vereadores da capital. A terceira é a Elisângela de Fátima Lima Rosanelli, agente comunitária de saúde com atuação mais restrita ao seu campo profissional.

A primeira dimensão que aparece nos relatos oferecidos por esses atores é a completa omissão do Poder Público em garantir suporte aos moradores do território no enfrentamento à pandemia. Seja no âmbito da oferta de auxílio material (como cestas básicas e álcool gel), seja no que se refere à adequada informação sobre a disseminação da COVID-19 e os cuidados preventivos, o Estado pouco se fez presente naquele território da cidade. Os relatos das lideranças, aliás, dão conta de que essa ausência estatal se fez sentir na periferia de Porto Alegre de um modo geral, cobrando consequências graves em relação à disseminação e à letalidade do vírus nesses territórios.

A partir desse contexto de abandono e vulnerabilidade, os entrevistados relatam que houve uma espécie de retorno a pautas essenciais na atuação da comunidade, que passou a centrar suas reivindicações sobretudo na defesa do sistema público de saúde, do emprego e da renda, bem como na acessibilidade do transporte urbano e na oferta de vagas em creches e escolas de turno integral. Nas palavras de Bruna Rodrigues, "aqueles chavões 'luta pela saúde, pela educação e pela moradia' voltam a ser bandeiras centrais, em um sentido ressignificado e renovado". É importante ter em conta, aqui, que esse processo de retorno a reivindicações emergenciais não deriva exclusivamente da pandemia, mas de uma percepção mais ampla sobre os recentes retrocessos experimentados na política econômica, em geral, e na política urbana, em particular.

Ainda segundo o relato de Bruna:

A pandemia veio a descortinar uma desigualdade que já estava se aprofundando e que estava latente. Mas a pandemia veio trazer requintes de crueldade, porque se antes as mulheres faziam faxina para comer à noite, trabalhar de dia para comer à noite, hoje nós não temos nenhum trabalho. As mulheres não conseguem nem trabalhar de dia para comer à noite, é um "blackout" das funções e das formas de sobrevivência. A gente tem que se repaginar, ressurgir em um período tão difícil. Eu acho que tem um

²¹ As três entrevistas foram realizadas pelo grupo de pesquisa no ano de 2020. A entrevista com Bruna foi realizada no dia 17 de agosto; com Lídio, no dia 27 de outubro; e com Elisângela, no dia 09 de novembro. Todas as falas referidas ao longo do capítulo são citações retiradas destas entrevistas.

aprofundamento de uma desigualdade social e, por outro lado, o indivíduo social também se movimenta, se coloca como protagonista e tenta fazer alguma coisa.

Nesse sentido, a pandemia parece catalisar – ao mesmo tempo em que evidencia – um processo já existente de precarização socioeconômica desses corpos periféricos. No entanto, é a partir da emergência sanitária que os entrevistados identificam uma rearticulação política do tecido social comunitário. Desassistidos pelo Poder Público e assolados pela disseminação do coronavírus, esses atores protagonizaram uma súbita ampliação das redes de solidariedade, promovendo compartilhamento de informações, fornecimento de alimentos e insumos, e exercendo práticas assistenciais entre os habitantes do território.

Embora seja difícil antever o alcance e a longevidade dessa rearticulação de práticas associativas, as entrevistas ressaltaram a profundidade do fenômeno, que sucedeu, segundo relatam, um período de aparente letargia por parte da organização comunitária local. Tal rearticulação, na visão dos atores, promoveu uma renovação das lideranças e retomou a credibilidade do movimento comunitário no território, atenuando de maneira significativa os efeitos deletérios da pandemia.

c. Restinga

O terceiro território pesquisado é o Bairro Restinga. Essa investigação foi a última da série iniciada, tendo sido realizada uma entrevista²² até o momento e feito o levantamento de trabalhos acadêmicos sobre o bairro, bem como de notícias e informações em redes sociais que tratam das ações organizadas pela própria comunidade para prevenção à COVID-19.

Nessa perspectiva, a Restinga se diferencia da Ocupação 20 de Novembro pela escala, evidentemente, já que atualmente possui aproximadamente 60 mil habitantes, segundo as estatísticas oficiais (OBSERVAPOA, 2010), e desta e da Tronco pelo fato de estar localizado no extremo sul da cidade de Porto Alegre. Não se trata, tão somente, de um afastamento físico da área central, mas do exemplo mais bem acabado de um modelo de Política Habitacional baseado na construção de unidades habitacionais em regiões que, em verdade, ainda não são cidade (ALFONSIN, 2000, p. 144). O fato de estar situado a aproximadamente 22 quilômetros do Centro Histórico intensifica as condições de exclusão sócio territorial desta população, dada

²² A entrevista com Márcia Kovaski, uma das articuladoras do “Acorda, Restinga!”, foi realizada no dia 21/09/2020. As citações diretas ao longo dessa seção se referem a excertos de sua fala. Mais informações podem ser acessadas em: <<https://pt-br.facebook.com/acordarestingaoficial/>>.

a precariedade do transporte público e seu custo. Ainda hoje, mesmo considerando o crescimento da Zona Sul de Porto Alegre, o bairro se encontra relativamente isolado, já que a distância pode ser percorrida em 40 minutos e uma hora de carro ou mais de 1 hora e 15 minutos de transporte público.

No caso da Restinga, o isolamento geográfico não foi uma casualidade do desenvolvimento urbano, mas resultado mais que simbólico da política de expulsão dos indesejados das regiões mais valorizadas das cidades. Com efeito, a população pobre da favela da Ilhota foi para lá enviada em 1967, anos iniciais da Ditadura Militar, para bem longe dos olhos de todos. E essa operação tem a marca da violência comum àqueles esquecidos pela lei, cuja denominação não escondia seus objetivos mais perversos: “remover para promover”. Isso porque foram ampliados os limites entre a fronteira urbana da cidade e aquela localidade distante do centro, criando-se novos vazios na área central à espera de valorização imobiliária (ALFONSIN, 2000, p. 144).

Como exemplo da perversidade em que o processo de remoção da população da Ilhota para a Restinga foi promovido, vale citar a experiência vivida por Antônio Miguel Rodrigues de Almeida, um de seus primeiros moradores. Menino à época da criação do bairro, Antônio relata que, no dia da remoção, havia passado o dia fora de casa engraxando sapatos na Cidade Baixa. Ao retornar, encontrou apenas a marca do terreno: sua mãe e irmãs já haviam sido levadas pelas equipes do município. Acabou acolhido por um vizinho, que, no dia seguinte, também seria removido. Ao chegar ao novo local de moradia, afastado de sua fonte de renda, o desafio seguinte foi reencontrar, em meio a tantas pessoas, a sua família (ARAÚJO, 2019).

Recuperar a origem da Restinga é especialmente relevante para compreendermos o estado em que o bairro se encontra no momento em que emerge a pandemia. Ora, se o abandono se mostra como uma queixa comum dos moradores dos demais territórios pesquisados, aqui - um território cuja origem tem a marca da exclusão territorial -, torna-se de especial relevo. Nesse sentido, diante do isolamento geográfico, podemos classificar as lutas por melhorias em dois grupos: aquelas que buscam qualificar as condições de vida (água encanada, energia elétrica, saúde, educação) e as que buscam conectar a região ao restante da cidade (nomeadamente, transporte público).

Nesse contexto se observa, ao longo do tempo, que o bairro, que segue apresentando os piores indicadores socioeconômicos no município de Porto Alegre, obteve uma série de conquistas. A prática associativa e a presença de lideranças comunitárias teve especial

importância no pleito por melhores condições de vida para os moradores da região. Foi assim que a comunidade foi atuante no Orçamento Participativo ao longo dos anos 1990, convertendo-se em um importante instrumento para a conquista de estrutura básica naquele local. Nesse sentido, Márcia Kovaski refere que “era um instrumento assim de luta e de conquista que a gente também achava importante, pela transparência, por discutir com a população e com a comunidade onde é que era a prioridade”. As primeiras demandas do orçamento participativo na Restinga centravam-se, sobretudo, no asfaltamento de ruas, iluminação pública, saneamento e moradia. A conquista desses equipamentos urbanos foi o que possibilitou o acesso a outros equipamentos e serviços públicos, como atendimento médico de emergência (ambulâncias) e transporte público (BONETTO, 2014, p. 88-89).

Já nos anos 2000, a luta da comunidade pela Escola Técnica Federal de Porto Alegre na Restinga, que iniciou em 2006, representou um movimento contínuo dos moradores pela reivindicação de melhores condições, coincidindo com um contexto nacional de valorização da formação profissional com a publicação da Lei nº 11.892/2008, responsável pela criação dos Institutos Federais (IFRS). A criação do campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, em 2010, simboliza importante conquista para a transformação da realidade escolar e profissional da região (“o Instituto foi uma conquista nossa de mobilização e de organização das lideranças comunitárias e é importante ter esse retorno”). Ainda no campo da educação, devem ser destacadas as mobilizações para ampliação da rede escolar pública (“porque nós tínhamos aqui - foi em 89 -, somente três escolas infantis públicas aqui na Restinga Nova e não tinha nenhuma na Velha”).

Igualmente, a construção do Hospital Restinga e Extremo Sul, finalizada em 2014 (“porque nós tínhamos aqui era o Parque Belém, né? Era uma unidade de emergência, nós não tínhamos um hospital”), retrata uma luta de mais de 40 anos, uma batalha incansável da comunidade, refletida nas mais de 25 reuniões realizadas com o Ministério Público, que passou pela cedência do terreno pelo município até a assinatura do Decreto que tornou possível o convênio com o Hospital Moinhos de Vento e a destinação do valor correspondente para realização da obra²³.

²³ Sobre o ponto, ver: COMASSETTO, Carlos. “Hospital da Restinga e Extremo-Sul: Uma conquista da comunidade”. In: **Sul 21**. Porto Alegre, 11 de julho de 2014. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2014/07/hospital-da-restinga-e-extremo-sul-uma-conquista-da-comunidade-por-engenheiro-comassetto/>>. Acesso em 08 dez. 2020.

Finalmente, a comunidade também já se mobilizou para que o transporte público melhorasse, tanto com a disponibilização de novas linhas de ônibus e uma de lotação (“Há uns 30 anos atrás era horrível. A gente não conseguia chegar ao Centro. Tu tinha que fazer baldeação. O ônibus estragava e era uma sucata. (...) Nós fizemos vários atos de mobilização em torno do transporte público”).

Tais equipamentos, conquistados a partir da mobilização da comunidade, foram bastante importantes para a implementação de ações de mitigação dos efeitos da pandemia. Assim é que o hospital pôde dar atenção à saúde àqueles infectados (“O hospital tem conseguido, dentro da pandemia, ser um suporte para a comunidade”)²⁴ e o instituto federal contribuiu para a organização de ações de prevenção. Contudo, não é possível verificar se tais ações foram coordenadas pelo poder público, cuja atuação foi caracterizada pela “fragilidade das ações, a ausência de orientações, somadas à já existente precariedade nos bairros pobres da cidade” (SOARES et. al., 2020, p. 370).

Perguntada se percebia a atuação do poder público municipal na Restinga durante a pandemia, Márcia Kovaski respondeu que:

Que a gente percebe, não. Tem um distanciamento. As escolas são espaço de proteção. E espaço de proteção e de garantia de muitas coisas. Além da educação, mas de alimento e cuidado. E a gente vê que não tem diálogo, não houve diálogo. No sentido de amparar os trabalhadores e de amparar as famílias. Que é uma sequência. Amparar no sentido de ter uma linha, um norte. De projetar, de fazer uma conversa. Não. Tem um vácuo muito grande nisso. E o pessoal da assistência social também disse que tem.

Ao contrário, o que se observou durante a pandemia foi a precarização do atendimento à população, com a piora do transporte público (foram diminuídos os horários dos ônibus), o fechamento de postos de saúde e, até mesmo, das escolas, o que tem como consequência aumentar a insegurança alimentar, tendo em vista que os refeitórios também foram fechados.

De resto, o que se observa são ações realizadas por organizações da sociedade civil, como é o caso dos movimentos “Acorda, Restinga” e “Casa Emancipa”. Firmando parcerias com redes pré-existentes, como escolas municipais, buscou-se garantir cestas básicas e alimentação

²⁴ Em 23 de março de 2020 foram instaladas tendas para atendimento de pacientes com sintomas respiratórios. A propósito, ver: PORTO ALEGRE. “Boletim COVID-19 nº 10/2020”. In: **Prefeitura de Porto Alegre**, 01 de abril de 2020. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sms/usu_doc/2020_04_01_boletim_covid_sms.pdf>. Acesso em: 07/12/2020. E, no dia 13 de julho de 2020, foi anunciada a abertura de 10 leitos de UTI e 17 de enfermaria especificamente para tratamento COVID-19 no Hospital da Restinga. “HRES abre leitos para Covid-19”. In: **Hospital Restinga e Extremo-sul**. Porto Alegre, 13 de julho de 2020. Disponível em: <<http://www.hres.org.br/2020/07/hres-abre-leitos-para-covid-19/>>. Acesso em: 07/12/2020.

para os alunos. As ações principais envolvem distribuição de alimentos, de cestas básicas e de máscaras, bem como ações de orientação de prevenção para população²⁵: “a gente também se mobilizou, criamos uma vaquinha online, já fizemos a doação de várias cestas básicas e a página tem um objetivo de conscientizar as pessoas (...)”.

Finalmente, nesta investigação, pela primeira vez, foram destacadas as dificuldades de articulação comunitária devido à necessidade de manutenção de distanciamento social: “para mim resistir é... tá difícil nesse momento”. Dois pontos foram observados. O primeiro é relativo à desigualdade em termos de inclusão digital e as diferenças que esse tipo de mobilização guarda em relação ao contato presencial. Embora ressalte que “a gente tem até aprendido a fazer ela virtualmente”, foi tocado que “a gente tem uma pessoa que nos ajuda, porque a gente não tem muito conhecimento das ferramentas tecnológicas de comunicação, então precisamos recorrer a algumas pessoas. O segundo, a “questão emocional também foi algo que pesou, porque estamos aprendendo a ter o equilíbrio para poder lidar com esse momento difícil pra todos nós”.

Sobre o futuro das atuais mobilizações, incertezas. O que transparece é um desejo de retorno a um passado de associativismo e participação comunitária que parece ter ficado para trás: “Eu não sei exatamente o que falta, mas parece que falta alguma coisa nessa mobilização para conseguir resgatar isso de volta, porque eu acho que foi um período fundamental, onde a gente conseguiu avançar em várias conquistas aqui para o bairro e para a cidade”.

4. Conclusões provisórias

Em que pese ser esta a apresentação de uma pesquisa que ainda se encontra em desenvolvimento, algumas conclusões provisórias já podem ser apresentadas, pois tendem a se consolidar como resultados de pesquisa. Tal como já foi advertido, no entanto, o que será agora exposto ainda será objeto de debate com as próprias lideranças ouvidas durante a fase de entrevistas, em uma espécie de “banca de qualificação popular” da investigação, uma

²⁵ A respeito das ações promovidas pela sociedade, ver as seguintes reportagens: VELLEDA, Luciano. “Solidariedade ameniza drama do coronavírus nas periferias da Capital”. In: **Sul 21**. Porto Alegre, 22 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/coronavirus/2020/04/solidariedade-ameniza-drama-do-coronavirus-nas-periferias-da-capital/>>. Acesso em: 27 out. 2020. FERREIRA, Marcelo. “Mulheres da periferia de Porto Alegre produzem 5 mil máscaras para quem mais precisa”. In: **Brasil de Fato**. Porto Alegre, 28 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/28/mulheres-da-periferia-de-porto-alegre-produzem-5-mil-mascaras-para-quem-mais-precisa/>>. Acesso em 26 out. 2020.

consequência natural do esforço em produzir uma pesquisa coerente com a opção descolonial. De qualquer forma, muito do que se apresenta aqui, como conclusões da investigação, é entendimento partilhado pelas próprias lideranças entrevistadas, sendo o esforço dos/as pesquisadores/as, nesse diálogo intercultural, o de sistematizar as impressões recorrentes expressas por elas e produzir uma análise que procure dar conta, com lealdade, do que foi escutado e do que emerge de comum entre essas comunidades.

Uma primeira conclusão é de que essas comunidades estão atravessando, e tem consciência disso, um período de brutal retrocesso em termos de efetivação de direitos, diminuição dos espaços institucionais, fechamento de equipamentos públicos importantes nos territórios e perda de facilidades, infra estruturas e direitos. Nesse conjunto de relatos sobre as dificuldades enfrentadas pelas comunidades periféricas no enfrentamento à pandemia, a absoluta ausência do Poder Público na oferta de suporte àqueles territórios foi um tópico constante e fulcral. "A política pública se ausentar em um tempo normal já é difícil, se ausentar na pandemia é cruel" – assim uma importante liderança da Vila Tronco se referia às repercussões da omissão estatal no enfrentamento à emergência sanitária.

Tal omissão estatal se fez sentir, num primeiro momento, na carência de políticas de informação voltadas àquelas comunidades sobre os cuidados e as medidas preventivas necessárias ao enfrentamento à pandemia. É nesse sentido o relato de Elisângela de Fátima Lima Rosanelli, agente comunitária de saúde residente na Vila Tronco: "no início eles achavam que era uma doença de rico; e até tu colocar que todo rico tem um pobre dentro da casa (faxineira, porteiro), que vem pra comunidade, é complicado. Então só depois dos primeiros casos que eles acreditaram na doença".

Aliado a isso, não houve fornecimento de insumos básicos indispensáveis aos cuidados preventivos, como máscaras e álcool em gel. Nesse quadro, algumas características estruturais que marcam a precariedade das condições de vida nas periferias urbanas – como falta de saneamento e altíssima densidade demográfica – tiveram seus efeitos deletérios reforçados pela inexistência de políticas públicas de enfrentamento à pandemia naqueles territórios.

É importante ressaltar que a percepção, bastante presente, de que esse contexto de abandono, precarização e vulnerabilidade se acentuou nos últimos anos, podendo-se falar na existência de um verdadeiro ciclo de retrocessos de ordem urbanística e socioeconômica, contrasta com a memória de um ciclo anterior, de maior diálogo com o Poder Público em processos como o Orçamento Participativo, por exemplo, desenvolvido em décadas passadas e

uma referência de política participativa unanimemente bem avaliada entre as lideranças entrevistadas. As conquistas obtidas nacionalmente pelo movimento de reforma urbana, como a promulgação do Estatuto da Cidade, por exemplo, também são mencionadas como marcos de um ciclo encerrado. Tal percepção dialoga com um diagnóstico corrente – também realizado em trabalhos anteriores deste grupo de pesquisa – sobre a recente desfiguração e desdemocratização da ordem jurídico-urbanística inaugurada pela Constituição de 1988 e regulamentada pelo Estatuto da Cidade. Trata-se de um conjunto de medidas, derivado sobretudo do pacote de reformas proposto pelo então Presidente Michel Temer, que alterou substancialmente o marco legal em matéria fundiária e habitacional no país²⁶.

Nesse sentido, a pandemia expõe com incômoda nitidez um processo de precarização urbana e socioeconômica dos territórios periféricos que antecede a disseminação do coronavírus no país. Ao que parece, é justamente em função desse ciclo de retrocesso – levado a uma situação-limite por força da pandemia – que os entrevistados identificam a ascendência de uma rearticulação política do tecido social comunitário nas periferias urbanas.

Em que pese haver um componente importante de associativismo nas comunidades, o fenômeno não se desenvolve nas mesmas bases em que se apresentou no início da Nova República, muito especialmente na década de 1990, em diferentes cidades do país, tendo sido Porto Alegre, com a experiência do Orçamento Participativo, um caso paradigmático de uma construção democrática que envolveu um governo de corte “democrático-popular” e as associações de base comunitária em um processo de mão dupla.

Tal como identifica Orlando Alves dos Santos Júnior, em estudo de 2018:

No contexto brasileiro, parece necessário reconhecer que os antigos padrões de solidariedade fundados no comunitarismo associativo e nas comunidades eclesiais de base, com vínculos fortes com articulações mais amplas, [...] se enfraqueceram ou se fragmentaram, dando lugar a outros padrões de solidariedade e coesão social. (SANTOS JÚNIOR, 2019, p.22)

Nessa acepção, o fenômeno observado na investigação aponta para uma ampliação do repertório tanto de práticas, quanto de bandeiras de luta, alianças políticas construídas, e formas de comunicação das comunidades pesquisadas. Nota-se que, além de uma renovação geracional das lideranças, práticas como a mobilização de grupos outrora alheios ao debate sobre direito à cidade, como grupos de hip-hop, por exemplo, são formas renovadas de revitalizar o tecido social engajado nas lutas. As bandeiras de luta passaram a incorporar questões identitárias de

²⁶ Ver as notas de rodapé 1 e 2, supra.

gênero e raça, bem como preocupações evidentes com as políticas públicas de saúde e educação, que foram deslocadas para o centro das preocupações de algumas das comunidades pesquisadas.

O próprio conteúdo do direito à cidade é ampliado na luta dessas comunidades que, ainda que sigam lutando por moradia, acesso à terra, participação nos processos de tomada de decisão e transporte de qualidade, incorporam na plataforma de luta pelo direito à cidade as bandeiras que emergem da pandemia: inclusão digital, saúde e educação para todos e todas. Essa é uma dimensão importante da compreensão do próprio avanço na construção do direito à cidade no país, tema já estudado anteriormente pelo grupo de pesquisa²⁷. Com efeito, a ampliação do repertório organizativo das comunidades no período abrange ainda a utilização das redes sociais como “WhatsApp” e “Facebook” na mobilização das comunidades, agilizando a comunicação entre os grupos e possibilitando o debate mesmo durante a pandemia.

Finalmente, mas não menos importante, constatou-se uma capacidade importante de costura de apoios exógenos às comunidades, mobilizando outras entidades da sociedade civil e mesmo de servidores públicos de carreira no apoio às populações. Na linha “ninguém solta a mão de ninguém”, sublinha-se o enorme leque de entidades que apoia a Comunidade 20 de Novembro no abaixo-assinado para liberar as verbas do “Programa Minha Casa, Minha Vida entidades” para o início das obras de reforma do prédio da ocupação, a capacidade de mobilização para além do território da comunidade da Vila Tronco na campanha para eleger Bruna Rodrigues, uma das lideranças entrevistadas, como vereadora na eleição municipal de 2020 e, finalmente, o engajamento de professoras da rede municipal e estadual de ensino no apoio à comunidade da Restinga no coletivo “Acorda Restinga”.

Em suma, a pesquisa em desenvolvimento sugere que as comunidades de baixa renda encontram, na ampliação do seu repertório político, uma forma consistente de resistir à COVID-19, sem abrir mão de suas bandeiras estratégicas de luta por uma cidade mais justa para todos e todas.

²⁷ Ver, a respeito: ALFONSIN, Betânia de Moraes; GOLDENFUM, Fernanda Peixoto; ROCHA, Marco Antônio; SIUFI, Bruno; CAZANOVA, Giani Camargo; RIBEIRO, Livia; VIVIAN, Mariana; GUIMARAES, Viviane. As Manifestações de Junho de 2013, o Processo de Construção dos Direitos de Cidadania no Brasil e o Direito à Cidade. **Revista de Direito da Cidade**, v. 7, p. p. 71-90-90, 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/15200/11634>>. Acesso em: 10 out. 2020.

Referências bibliográficas

ALFONSIN, Betânia de Moraes. **Da invisibilidade à regularização fundiária: a trajetória legal da moradia de baixa renda em Porto Alegre – Século XX.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3135>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

ALFONSIN, Betânia de Moraes; BERNI, Paulo; PEREIRA, Pedro Pereira. O paradoxo da COVID-19 nas periferias: a retomada da cultura associativa como forma de resistência à necropolítica. In: Luiz César Queiroz Ribeiro. (Org.). **As metrópoles e a COVID-19: dossiê nacional.** 1ed. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2020, v. 1, p. 21-29. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/07/Análise-Nacional_O-paradoxo-da-covid-19-nas-periferias.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

ALFONSIN, Betânia de Moraes; GOLDENFUM, Fernanda Peixoto; ROCHA, Marco Antônio; SIUFI, Bruno; CAZANOVA, Giani Camargo; RIBEIRO, Lívia; VIVIAN, Mariana; GUIMARAES, Viviane. As Manifestações de Junho de 2013, o Processo de Construção dos Direitos de Cidadania no Brasil e o Direito à Cidade. **Revista de Direito da Cidade**, v. 7, p. p. 71-90-90, 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/15200/11634>>. Acesso em: 10 out. 2020.

ALFONSIN, Betânia de Moraes; LOPES, Débora Carina; MARIUSSI, Ivone Fátima; MADALOSSO, Fernanda; BERNI, Paulo; PEREIRA, Pedro Prazeres Fraga. Descaracterização da política urbana no Brasil: desdemocratização e retrocesso. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 7, p. 229-254, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45337/26015>>. Acesso em: 13 out. 2020.

ALFONSIN, Betânia De Moraes; PEREIRA, Pedro Prazeres Fraga; LOPES, Débora Carina; ROCHA, Marco Antônio; BOLL, Helena Corrêa. Da função social à função econômica da terra: impactos da Lei nº 13.465/17 sobre as políticas de regularização fundiária e o direito à cidade no Brasil. **Revista de direito da cidade**, v. 11, p. 140-158, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/37245>>. Acesso em 13 out. 2020.

ARAÚJO, Neila Prestes. Qual a sensação de ver a tua casa fora do lugar? **Matinal Jornalismo**, 26 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://matinal.news/neila-prestes-araujo-qual-a-sensacao-de-ver-a-tua-casa-fora-do-lugar>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

ÁVILA, Fátima, ARAÚJO, Jeferson Rasquim. **Vilas da Grande Cruzeiro.** Porto Alegre: Unidade Editorial/SMC, 2006.

BELLO, Enzo; FALBO, Ricardo Nery. **Pesquisa empírica em direito na atualidade.** Rio de Janeiro: CEEJ, 2020.

BONETTO, Helena. Lugares invisíveis do bairro Restinga: a participação política das lideranças comunitárias no orçamento participativo de porto alegre. **Para Onde!?**, Porto Alegre, RS, v. 8, n. 2, p. 85-92, dez. 2014. ISSN 1982-0003. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/61581/36413>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

COMITÊ POPULAR DA COPA DE PORTO ALEGRE. **Copa do Mundo FIFA 2014 e as Violações de Direitos Humanos em Porto Alegre**. Porto Alegre: [Editora], 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3mM1ayd>>. Acesso em 5 dez. 2020.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de antropologia**, 2010, v. 53, n. 2, p. 565-610.

LARANGEIRA, Sônia M.G. Gestão Pública e Participação a experiência doorçamento participativo em Porto Alegre. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 10. v. 3, p. 129-137, dezembro, 1996. Disponível em: <<https://bit.ly/3gfVgmv>>. Acesso em 5 dez. 2020.

LEITE, Ana Luiza Grehs. **Formas do acolhimento na Vila Tronco: entre rastros, restos e curvâncias do espaço**. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/151119>>. Acesso em 5 dez. 2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, 2002, v. 17, n. 49, p. 11-29.

MEC. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Resolução nº 84 de 11 de dezembro de 2018, p. 84-85.

MIGNOLO, Walter D. **La opción descolonial**. Revista Letral. Granada, n.1. p. 4-22, 2008.

MORAES, Aldovan de Oliveira. **Poder Público Municipal e Habitação de Interesse Social em Porto Alegre**. DEMHAB/PMPA: Porto Alegre, 2011.

NEGREIROS, Fabiano Almeida. **Uma análise do papel de líderes comunitários, a partir de seus discursos, em face da desmobilização política de suas comunidades**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204456>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

OBSERVAPOA. **Porto Alegre em análise: sistema de análise e gestão de indicadores**. Bairro Restinga, 2010. Disponível em: <<http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?regioes=93,0,0>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

PORTO ALEGRE. **Legado da Copa Para Porto Alegre**. Porto Alegre: PROCEMPA, [2010]. Disponível em: <<https://bit.ly/36IcPIY>>. Acesso em: 5 dez. 2020.

RBS TV. Obras na Avenida Tronco, em Porto Alegre, dependem da remoção de mais de 60 famílias. In: **G1**. Porto Alegre, 03 de junho de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/06/03/obras-na-avenida-tronco-em-porto-alegre-dependem-da-remocao-de-mais-de-60-familias.ghtml>>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Participação e Insurgências: ideias para uma agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais no contexto da inflexão ultraliberal no Brasil. **Revista e-metropolis**, v. 39, p. 13-25, 2019. Disponível em: <http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/304/original/emetropolis39_art1.pdf?1580756166>. Acesso em: 26 nov. 2020.

SANTOS, Alexandre Pereira. **Mapa do itinerário da Cooperativa XX do Novembro em Porto Alegre**. Outubro de 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul**. Belo Horizonte: Autentica, 2019.

SILVA, Gabriela Costa. **O legado da Copa do Mundo de 2014 a partir de diferentes olhares: a questão das remoções na cidade de Porto Alegre/RS**. 2016. 346 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal de Pelotas. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pelotas, 2016. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5222>>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; AUGUSTIN, André Coutinho; CAMPOS, Heleniza Ávila; BEM, Judite Sanson de; SIQUEIRA, Lucimar Fátima; LAHORGUE, Mário Leal; WAISMANN, Moisés; UGALDE, Pedro Azevedo de; MARX, Vanessa. A pandemia de COVID-19 no Rio Grande do Sul e na metrópole de Porto Alegre. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **As metrópoles e a COVID-19: dossiê nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2020.

XAVIER, José Roberto Franco. Algumas notas sobre a entrevista qualitativa de pesquisa. In: MACHADO, Máira Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. 1. ed. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. cap. 4, p. 119-158.

Submetido em 18/12/2020.

Aprovado em 26/01/2021.